

EDITORIAL

As famílias brasileiras têm passado por grandes mudanças ao longo dos últimos tempos. De modo geral, pode-se dizer que existe uma tendência para estruturas familiares menores e mais heterogêneas quanto à sua composição. Além do crescimento dos arranjos monoparentais e das famílias reconstituídas, existe também um crescente enfoque nas famílias com apenas uma criança, nos casais de dupla renda sem filhos, ou nos arranjos unipessoais¹. Estas novas configurações familiares são decorrentes, entre outras coisas, das transformações que vêm ocorrendo no núcleo conjugal, ou seja, no processo pelo qual os casais tomam as decisões por ter ou não (mais) filhos.

Para compreender a redução do tamanho das famílias, em especial a redução do número de filhos entre os casais, é necessário entender os motivos que levam as pessoas a realizarem ou não os seus desejos e intenções por filhos. Isso quer dizer que temos que considerar as motivações e as decisões psicológicas que levam ao comportamento do indivíduo² e do casal, pois a reprodução tem suas motivações localizadas em duas estruturas separadas (tradicionalmente fixadas no homem e na mulher) e, para que a reprodução desejada seja de fato alcançada, as motivações de ambos cônjuges devem, de alguma forma, ser integradas, o que torna o processo de tomada de decisão por filhos ainda mais complexo. Estudos revelam que as discordâncias do casal quanto às intenções e desejos por filhos resultam em vários processos alternativos de negociação e tomada de decisão. Entre as várias possibilidades de solução, essas divergências podem ser resolvidas pelo exercício do poder de gênero.

Nas sociedades economicamente desenvolvidas, os desejos dos maridos passaram a ter maior influência sobre os desejos reprodutivos das esposas, dado que os casamentos apresentam menores desigualdades de gênero e o engajamento dos homens nas responsabilidades familiares é maior. Esse maior compartilhamento das responsabilidades e cuidados com os filhos tem levado a um aumento nos desejos por filhos pelas parceiras. Mas, por outro lado, homens com visões igualitárias veem seus custos com crianças superiores aos de seus homólogos mais tradicionais, por investirem

¹ GOLDANI, A. M. Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 19, n. 1, jan./jun., 2002.

² MORGAN, S.P.; TAYLOR, M.G. Low fertility at the turn of the Twenty-First Century. *Annual Review of Sociology*, v. 32, p. 375-99, 2006.

mais tempo e energia no cuidado com seus descendentes, o que faz com que estes reduzam o número desejado³ de filhos. No Brasil, poucos estudos analisaram estas relações. Em um estudo de caso entre casais mais escolarizados, sabe-se que os desejos dos cônjuges se influenciam mutuamente, mas as mulheres parecem ser aquelas que mais sofrem essa interferência ou as que mais cedem à pressão dos seus companheiros, que pode ser tanto no sentido de não ter filhos entre aquelas que desejavam ser mães, quanto de ter filhos entre aquelas que não desejavam a maternidade. Isto ocorre por imposição não revelada pelo cônjuge ou por opção da mulher, a qual vislumbra melhor qualidade do relacionamento. Apesar desta constatação, é muito difícil afirmar que essas situações sejam reflexos de desigualdades de gênero e menor poder de barganha das mulheres em relação aos seus parceiros, pois a dinâmica em que essas decisões ocorrem é muito complexa e, em muitos momentos, isso não é explícito. Por exemplo, não se sabe se esta situação se manterá entre aquelas que ainda não realizaram os seus desejos por filhos em função do não desejo do marido. Por outro lado, entre aquelas que tiveram filhos em função do desejo do parceiro, verificou-se que elas parecem muito satisfeitas após realizarem esta opção⁴.

Essas informações tornam-se ainda mais pertinentes quando se sabe que há, também no contexto latino-americano, o surgimento de mulheres que desejam ter um número maior de crianças do que efetivamente têm⁵. No Brasil isso não tem sido diferente, haja vista que o número médio ideal de filhos declarado para todas as mulheres brasileiras de 15 a 49 anos era de 2,1 filhos e a fecundidade observada era de 1,8 filhos. Pode-se dizer então, que se há uma importante proporção de indivíduos com menos filhos do que realmente gostariam.

Logo, pergunta-se: o que torna estes indivíduos incapazes de implementar suas preferências reprodutivas, ou até que ponto ter um tamanho de família menor que o desejado realmente se traduz em uma insatisfação? Estudos de caso têm mostrado que, mesmo em grupos bastante escolarizados, há uma permanência das preferências de

³ THOMSON, E. Couple childbearing desires, intentions, and births, *Demography* v. 34, p. 343-354, 1997

⁴ ⁵ CARVALHO, A. A. de. *Insatisfação ou discrepância? Uma análise das preferências de fecundidade e do comportamento reprodutivo de casais de alta escolaridade em Belo Horizonte/MG*. Belo Horizonte, MG. 2014. 315 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Departamento de Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014

⁵ WONG, L. R. Evidences of further decline of fertility in Latina America: Reproductive behavior and some thoughts on the consequences on the age structure. In: CAVENAGH, Z. M. (Org.) *Demographic transformations and inequalities in Latin America: Historical trends and recent patterns* – Serie Investigaciones 8, 2009. 368 p.

fecundidade do passado, em que os indivíduos tendem a obedecer o padrão de desejo por dois filhos, indicando uma certa ‘inércia da norma’ quanto ao tamanho ideal de família. Isso tem como consequência uma elevada discrepância entre número de filhos tidos e de filhos desejados, o que, na maioria dos casos, não estava associado a uma insatisfação pois, apesar de revelarem uma intenção por filhos elevada, os casais não pareciam dispostos a efetivar esse desejo - ou seja, o número de filhos declarados desejados não era aquele que intencionavam ter⁵.

Esses são debates que precisam avançar e ser realizados de forma interdisciplinar, pois dizem respeito à tomada de decisão por filhos entre casais, o que se correlaciona direta e indiretamente com a dinâmica atual das mudanças no tamanho e na composição dos arranjos familiares brasileiros. Além disso, possibilita vislumbrar como se dá o processo privado/particular em que homens e mulheres (que cada vez mais priorizam a sua realização pessoal) conseguem, em uma sociedade teoricamente mais igualitária, acomodar os seus desejos e intenções individuais por filhos na ação conjunta que é constituir uma família.

Angelita Alves de Carvalho

Doutora em Demografia pelo CEDEPLAR/UFMG

Pesquisadora em Informações Geográficas e Estatísticas na (ENCE/IBGE/RJ)

Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela Escola Nacional
de Ciências Estatísticas –ENCE/IBGE/RJ

Graduada em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa